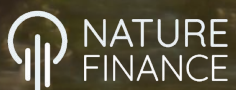




RESUMO EXECUTIVO

Financiando a bioeconomia da Pan-Amazônia

Mapeamento de mecanismos financeiros, fatores de sucesso e recomendações



Coordenação da pesquisa

Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia

Apoio

NatureFinance

Pesquisa e elaboração

Impact Finance

Autores

Gabriel Ribenboim

Leandro Pinheiro

Ébida Santos

Gabriela Minoboli

Carolina Valle

Revisores

Arthur Vieira, WRI Brasil

Eduarda Thurler, WRI Brasil

Evelyn Lewi, WRI Brasil

Gustavo Martins, NatureFinance

Ian Lazoski, Impact Finance

Joana Oliveira, WRI Brasil

Luana Maia, NatureFinance

Marcelo Cwerner, Amazon Investor Coalition

Pedro Tufic Bouchabki, Impact Finance

Tiana Lins, NESsT

Citação sugerida

Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia. (2025).

Financiando a Bioeconomia da Pan-Amazônia: Mapeamento de mecanismos financeiros, fatores de sucesso e recomendações. São Paulo: Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia. Relatório. Disponível online em: <https://amzbio.org/>

Expediente

Supervisão de pesquisa

Joana Oliveira

Coordenação de engajamento

Ligia Tostes e Suzana Marte

Produção e edição de mapas

Lucas Marte

Layout e diagramação

Lucas Marte

Foto de capa

Joana Oliveira/WRI Brasil

Fotos internas

Bruno Kelly/WRI Brasil (8, 106, 119); Natasha Ferrari/WRI (47); Vagalume AIIMedia (84, 109); Joana Oliveira/WRI Brasil (115)

Foto de contracapa

Bruno Kelly/WRI Brasil

Outubro de 2025

Sobre a Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia

A Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia é uma aliança multissetorial comprometida em promover uma bioeconomia sustentável e liderada pelas populações locais, em toda a Amazônia. Seu foco está em caminhos econômicos que priorizam a conservação das florestas em pé, a rica biodiversidade da região e o bem-estar da população local.

Como uma 'rede de redes', une atores de diferentes setores, incluindo produtores e associações locais, comunidades indígenas, investidores de impacto, instituições financeiras, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil.

Por meio de forças-tarefas, a Rede Pan-Amazônica articula estudos, ações, parcerias e programas que colaboram para promover o setor de bioeconomia liderado localmente na região. A Força-tarefa de Acesso a Financiamento, co-liderada pela Amazon Investor Coalition e a NESsT, se dedica a construir uma compreensão compartilhada e identificar caminhos para mobilizar financiamentos adequados para a bioeconomia em larga escala, com fortes salvaguardas sociais e ambientais.

amzbio.org

Sobre a NatureFinance

A NatureFinance é um think tank internacional, laboratório de soluções e catalisadora global que projeta, testa e amplia instrumentos financeiros e parcerias voltadas a alinhar a economia global aos limites planetários — abrangendo desde as finanças soberanas até a bioeconomia — colocando as finanças a serviço da natureza, do clima e das pessoas.

www.naturefinance.net

Sobre a Impact Finance

A Impact Finance (anteriormente, Impact Bank) é uma fintech inovadora que conecta capital a negócios de impacto e comunidades, oferecendo soluções financeiras transparentes e eficientes para impulsionar uma economia justa e regenerativa.

Atua também como um *think and do tank* para a economia de impacto, combinando reflexão estratégica e produção de conhecimento com a implementação prática de soluções financeiras e socioambientais.

www.impact-br.com

Resumo analítico

A bioeconomia tem se consolidado como uma das principais apostas para conciliar desenvolvimento econômico com conservação ambiental na Amazônia. Em meio à urgência climática e à crescente pressão por modelos econômicos mais inclusivos, circulares e baseados na natureza, a bioeconomia tem sido reconhecida como eixo estruturante para políticas ambientais, econômicas e sociais.

Considerado o debate em curso e a multiplicidades de compreensões sobre a definição de bioeconomia, cabe apontar que este estudo procurou focar na bioeconomia sustentável de produtos e serviços compatíveis com a integridade ecológica do bioma amazônico e com a identidade cultural de seus habitantes, também referida como sociobioeconomia, que preconiza a justa distribuição de renda e a valorização do conhecimento tradicional.

Apesar desse reconhecimento, faltam dados consolidados sobre o ecossistema de financiamento que sustenta ou poderia sustentar essas atividades econômicas. Como estão sendo financiadas as cadeias de valor da sociobiodiversidade? Quais mecanismos financeiros estão efetivamente chegando às comunidades, aos empreendedores e aos territórios amazônicos? Que barreiras limitam a escala e a efetividade desses instrumentos? Os mecanismos estão se adaptando a esta nova lógica econômica? Existe realmente escassez de recursos ou o problema reside na coordenação e acesso aos mecanismos existentes? Ou mais a fundo, reside a questão no que é considerado “sucesso” e “escala” sob a ótica dos detentores de capital?

Esta publicação busca responder a essas perguntas fundamentais por meio de um mapeamento inédito e análise sistemática de 141 mecanismos financeiros com foco direto ou indireto na bioeconomia nos nove países e

territórios da região pan-amazônica. O estudo revela um panorama surpreendentemente diverso e complexo: contrariando a percepção comum de escassez de recursos, identificamos um mosaico sofisticado de soluções financeiras que vai desde instrumentos tradicionais como doações e fundos de participação societária até inovações emergentes como créditos de biodiversidade, bancos de habitat e *swaps* de dívida por natureza.

No entanto, ficou evidente que há um significativo distanciamento entre as fontes de recursos e seu efetivo acesso pelos agentes produtivos comunitários. Esse descompasso decorre de múltiplos fatores, que vão desde a complexidade das exigências documentais e processuais até a instabilidade na oferta de recursos, passando pela limitação de capacidades técnicas e pela assimetria de informação entre financiadores e beneficiários.

Mais profundamente, esse distanciamento reflete uma lacuna conceitual: a sociobioeconomia propõe um novo paradigma de economia — baseado em valores de regeneração, cooperação e territorialidade —, mas, em geral, os mecanismos financeiros ainda não foram redesenhados a partir dessa lógica. Como resultado, critérios de sucesso e métricas de desempenho permanecem ancorados em referências da economia tradicional, muitas vezes incompatíveis com a natureza e o tempo de maturação das iniciativas comunitárias e de base florestal.

Embora o estudo tenha a sociobioeconomia como eixo central de análise, cabe apontar que o mapeamento abrange não apenas instrumentos concebidos especificamente, ou exclusivamente, para este fim – mas também englobam arranjos voltados a setores como energia limpa, transporte sustentável ou turismo verde, que podem gerar

externalidades positivas sobre cadeias ligadas à sociobiodiversidade. Ao evidenciar tanto a diversidade de mecanismos existentes quanto a limitada presença de instrumentos com foco dedicado, o estudo aponta a importância de avançar no desenvolvimento de soluções financeiras mais alinhadas aos contextos territoriais e às demandas dos atores amazônicos.

Descobertas centrais do mapeamento demonstram que 57,5% dos mecanismos utilizam estruturas de *blended finance* (financiamento combinado), integrando recursos públicos, privados e filantrópicos em arranjos cada vez mais sofisticados. Este tipo de arquitetura financeira permite que provedores de capital com diferentes objetivos invistam em conjunto, alcançando seus próprios objetivos (seja retorno financeiro, impacto social ou uma combinação de ambos). O estudo indica que esta é uma tendência do setor, mas que além de potencialidades traz também desafios de governança, compatibilização de interesses e requisitos operacionais.

O Brasil concentra a maior parte dos instrumentos mapeados (45,4% dos mecanismos com atuação exclusiva no país e participação em outros 28,4%), evidenciando sua posição central no ecossistema regional. As cadeias de pagamentos por serviços ecossistêmicos lideram o foco dos mecanismos (27,7%), seguidas por sistemas agrícolas integrados e recuperação de ecossistemas (ambos com 21,3%), refletindo o crescente reconhecimento do valor intrínseco dos ativos naturais.

A diversidade identificada apresenta-se simultaneamente como potencial e desafio. Por um lado, reflete uma busca legítima por soluções adaptadas à complexidade amazônica e aos diferentes perfis de beneficiários, desde povos indígenas e comunidades tradicionais até startups de biotecnologia e médias empresas agroflorestais. Por outro lado, cria um cenário de fragmentação que pode ampliar

consideravelmente o esforço dos empreendedores locais para navegar entre múltiplos mecanismos com requisitos, linguagens e processos distintos.

Vários dos mecanismos mapeados já contam com recursos mobilizados, mas ainda não completaram o ciclo de estruturação que os habilite a operar com fluidez. Tal descompasso entre disponibilidade financeira e capacidade de execução revela a importância de se investir não apenas em captação, mas também na consolidação de marcos operacionais e de governança.

A abordagem metodológica envolveu dois níveis complementares de análise: uma pesquisa geral que sistematizou informações públicas disponíveis sobre os 141 mecanismos identificados; um aprofundamento qualitativo de casos selecionados representativos de diferentes categorias e estratégias; e a aplicação de uma matriz de análise crítica estruturada em três dimensões-chave: 1) porte, nível de estruturação e status operacional; 2) sistema de avaliação de impacto, transparência e documentação pública; e 3) adaptabilidade e adicionalidade (ou diferenciação) percebida.

Esta matriz analítica contribui para a compreensão, não apenas o que existe no ecossistema de financiamento, mas como esses instrumentos funcionam na prática, quais fatores determinam seu sucesso ou limitação, e qual sua contribuição efetiva para o fortalecimento da bioeconomia regional. A análise considera aspectos como complexidade operacional, requisitos de acesso, sistemas de monitoramento e avaliação, transparência na comunicação de resultados, flexibilidade para diferentes contextos territoriais e indicativos de adicionalidade em relação a outros instrumentos já existentes.

O estudo busca evidenciar os fatores determinantes que limitam a performance (barreiras e gargalos) ou que potencializam e impulsionam (fatores de sucesso) desses

mecanismos financeiros. Esta compreensão é fundamental para o aprimoramento de instrumentos existentes e o desenvolvimento de novas soluções financeiras mais eficazes e adaptadas à realidade pan-amazônica.

Os achados revelam que, embora exista uma base sólida de mecanismos financeiros voltados à bioeconomia, o ecossistema se beneficiaria significativamente de uma otimização estratégica e do fomento a mecanismos estruturados sob as novas lógicas necessárias para promover a sociobiodiversidade. A quantidade e diversidade de instrumentos disponíveis contrasta com a percepção de limitação de recursos, sugerindo que os desafios centrais residem na coordenação entre mecanismos, na simplificação de processos de acesso, na adequação às realidades territoriais específicas e na criação de sinergias que potencializem o impacto coletivo.

Este resumo executivo sintetiza os principais resultados da pesquisa completa e destina-se a um público diversificado de tomadores de decisão: financiadores públicos e privados que buscam maximizar o impacto de seus investimentos; empreendedores e organizações comunitárias que necessitam identificar e acessar oportunidades de financiamento adequadas.

Ao longo deste documento serão apresentados: o panorama geral dos 141 mecanismos mapeados, incluindo sua distribuição territorial, categorias e origens de recursos; uma tipologia dos principais perfis de mecanismos identificados e suas características distintivas; a análise dos fatores de sucesso recorrentes e dos gargalos que limitam a efetividade dos instrumentos; uma avaliação crítica dos sistemas de indicadores e monitoramento utilizados pelos mecanismos; recomendações práticas direcionadas a diferentes tipos de atores para aprimoramento do ecossistema.

Esta pesquisa é uma iniciativa da Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia, no âmbito

da Força-Tarefa de Acesso a Financiamento, e foi desenvolvida com o apoio técnico e financeiro da Impact Finance e da NatureFinance. Sua elaboração se baseou em informações públicas sobre os mecanismos financeiros aplicáveis à bioeconomia pan-amazônica. É fundamental notar que este mapeamento não se pretende exaustivo, nem estatisticamente representativo do ecossistema de mecanismos financeiros da bioeconomia. Fatores como a assimetria de dados públicos e o viés inerente ao universo mapeado podem introduzir distorções nos percentuais apresentados. O número real de mecanismos deve sempre ser considerado superior ao universo deste estudo.

Resumo executivo

1. O que é bioeconomia pan-amazônica

A bioeconomia pan-amazônica representa uma abordagem de desenvolvimento baseada no uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais da Amazônia, integrando saberes tradicionais, elementos da cultura, ciência, inovação e inclusão social. Ela se diferencia por estar profundamente enraizada nos modos de vida e nos ativos socioculturais da região, priorizando modelos produtivos que mantêm a floresta em pé, valorizam a sociobiodiversidade e asseguram benefícios econômicos para as populações locais.



Reconhece-se a importância de avanços globais e nacionais na definição de bioeconomia - como no acordo sobre os Princípios de Alto Nível da Bioeconomia do G20 e princípios definidos na Política Nacional de Bioeconomia brasileira - , não obstante para a perspectiva pan-amazônica privilegia-se a incorporação de uma visão territorial e sociocultural da bioeconomia. Isso significa reconhecer os conhecimentos indígenas e tradicionais como fundamentos da inovação, assim como promover cadeias de valor que respeitem os ritmos, os direitos e os territórios dos povos amazônicos.

Essa concepção está alinhada a princípios de justiça climática, equidade territorial e transição ecológica, conectando a bioeconomia a agendas globais como o Acordo de Paris, o Marco Global da Biodiversidade, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os princípios do G20. Mais do que uma alternativa econômica, trata-se de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável e regenerativo, que busca conciliar conservação ambiental, prosperidade econômica e bem-viver.

No contexto deste estudo, adota-se a definição da Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia, que considera a bioeconomia como o conjunto de atividades produtivas, baseadas em saberes e práticas locais e tradicionais, ciência e inovação, que valorizam a sociobiodiversidade e promovem o uso sustentável da natureza como estratégia de desenvolvimento para a região. Essa definição foi referência para seleção dos mecanismos mapeados e análise dos critérios de aderência à bioeconomia pan-amazônica.

2. Metodologia do estudo

O estudo foi realizado entre abril e julho de 2025 e estruturado em três grandes fases complementares: (i) escopo e estruturação metodológica; (ii) coleta e sistematização

geral das informações públicas disponíveis; e (iii) análise aprofundada de mecanismos financeiros selecionados.

Na primeira etapa, definiu-se o escopo da pesquisa, priorizando mecanismos financeiros com atuação direta ou indireta na bioeconomia da região pan-amazônica. Foi elaborado um roteiro de coleta com base em cinco eixos principais: caracterização institucional; desenho e operacionalização do mecanismo; perfil dos beneficiários; monitoramento, reporte e salvaguardas; e fatores de sucesso e desafios. Esse instrumento orientou a sistematização das informações por meio de levantamento documental com apoio de inteligência artificial.

A fase seguinte mobilizou diversas fontes de informação, como documentos públicos, relatórios de impacto, sites institucionais e bases de dados. As informações foram organizadas em uma base padronizada e analisadas de forma agregada, permitindo identificar padrões, tendências e lacunas no ecossistema de financiamento da bioeconomia.

Este mapeamento não foi exaustivo, sendo que o número de mecanismos deve ser sempre considerado superior ao universo do estudo, e o universo analisado não deve ser considerado necessariamente uma amostra representativa *stricto sensu* do conjunto total de mecanismos existentes. Além disso, constata-se que o setor está em processo muito dinâmico e de clara expansão, com novos mecanismos financeiros sendo lançados continuamente. Para viabilizar as análises, foi necessário estabelecer um corte temporal, o que significa que o nível de estruturação de alguns mecanismos pode ter se alterado entre o momento da obtenção da informação, ou disponibilidade de dados públicos e a finalização desta publicação.

3. Panorama geral dos mecanismos financeiros mapeados

Ressalvando as interpretações distintas sobre o conceito de bioeconomia, o estudo identificou, em sua melhor análise, que apenas 34% (48 mecanismos) dos 141 mecanismos mapeados atendem exclusivamente a cadeias de valor da bioeconomia em seu entendimento mais amplo, enquanto apenas 8,5% (12 mecanismos) atendente exclusivamente cadeias da sociobiodiversidade ou sociobioeconomia, conforme tipologia sugerida¹.

A análise dos 141 mecanismos mapeados permitiu a identificação de oito categorias de instrumentos financeiros que sustentam a bioeconomia pan-amazônica, refletindo a diversidade de abordagens para atender diferentes beneficiários e objetivos. As categorias são:

1. Híbridos² (29%): Combina instrumentos como empréstimos, investimentos diretos, garantias e doações, permitindo flexibilidade para apoiar iniciativas com diversos serviços financeiros integrados, desde startups até cooperativas.

2. Doação (23%): Recursos não reembolsáveis voltados para iniciativas em fases iniciais, como projetos comunitários ou experimentais, frequentemente direcionados a organizações locais.

3. Participação Societária (*Equity*) (18%): Investimentos diretos em participação societária, focados em negócios escaláveis, como startups de biotecnologia ou empresas agroflorestais.

4. Dívida (*Debt*) (17%): Empréstimos com reembolso definido, voltados para empreendimentos com capacidade de retorno financeiro, como cooperativas ou pequenas empresas.

5. Subvenção (4%): Apoio financeiro público para custear projetos ou cadeias produtivas estratégicas, como e contribuir para a viabilidade financeira de cadeias específicas (p.e. borracha, fibras, pirarucu), e programas de preços mínimos. Se diferencia das doações uma vez que não é direcionada à projetos, mas sim complementa a remuneração da produção de cadeias específicas da bioeconomia, mantendo sua viabilidade econômica ou atratividade.

6. Benefício fiscal/tributário (3%): Redução de encargos tributários para aumentar a competitividade de negócios sustentáveis, como isenções fiscais ou benefícios tributários. Aqui não foram considerados benefícios tributários para outras cadeias cujos recursos podem ser investidos na bioeconomia, mas sim benefícios fiscais ou tributários aplicados diretamente sobre as cadeias da bioeconomia.

7. Garantia (3%): Instrumentos que mitigam riscos de crédito, facilitando o acesso a financiamentos para empreendimentos com garantias limitadas ou reduzindo os custos dos empréstimos.

8. Iniciativa financeira inovadora (3%): Ferramentas emergentes, como créditos de biodiversidade, bancos de habitat ou swaps de dívida por natureza, em fase de estruturação ou teste.

Essas categorias atendem a diferentes tipos de mecanismos financeiros e refletem a complexidade do ecossistema financeiro da bioeconomia. A análise das categorias não

¹ Veja a seção 1.4

² Ao longo do estudo foi constatado que o termo **Blended Finance** é usado tanto para caracterizar mecanismos com recursos de fontes (origens) distintas, quanto para mecanismos que integram múltiplas estratégias ou serviços financeiros. Para fins de clareza no estudo usamos o termo **Híbrido** para mecanismos que integram múltiplas estratégias e serviços e o termo **Blended Finance** para descrever mecanismos com recursos advindos de diversas origens, nomeadamente que combinam recursos públicos/governamentais com privados/corporativos e filantrópicos ou qualquer combinação destas.

tem a pretensão de ser uma taxonomia para o setor, mas foi necessária para o processo de identificação de padrões, lacunas e oportunidades para fortalecer os mecanismos existentes e inspirar o desenvolvimento de novas soluções adaptadas à realidade pan-amazônica.

4. Fatores de sucesso

A análise dos 141 mecanismos financeiros identificou um conjunto de fatores que favorecem sua efetividade e capacidade de gerar impacto positivo na bioeconomia pan-amazônica. Esses fatores contribuem para a reflexão e dão pistas sobre condições estruturais e operacionais são indicadas como aquelas que contribuíram para o êxito dos mecanismos.

O primeiro fator diz respeito à clareza de propósito e alinhamento ao contexto, ou seja, a existência de objetivos claros voltados ao fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade, com conexão direta com os contextos socioculturais e ambientais dos territórios de atuação. Mecanismos que operam com escuta ativa e participação dos atores locais tendem a ser mais eficazes na alocação de recursos e na geração de resultados sociais e ambientais.

Outro fator decisivo é a qualidade da governança, entendida como a capacidade dos mecanismos de estabelecer arranjos transparentes, com papéis bem definidos, processos de decisão compartilhados e mecanismos de *accountability*. Quando a governança se torna excessivamente voltada para o controle institucional ou para responder a exigências de investidores em detrimento dos clientes e beneficiários, os mecanismos perdem conexão com sua finalidade e razão de ser.

A presença de parceiros locais e organizações de confiança, que atuam no suporte ao ecossistema, também se destaca

como condição-chave. Mecanismos que atuam em parceria com organizações de proximidade — como cooperativas, associações, OSCs locais — conseguem chegar com mais capilaridade e legitimidade às comunidades e empreendimentos locais, além de reduzir custos de transação e riscos operacionais.

Além disso, a combinação de instrumentos financeiros com outros tipos de suporte (assistência técnica, oportunidades de capacitação e apoio à gestão), bem como a integração de diferentes fontes de capitais, ampliam a eficácia dos mecanismos ao permitir maior aderência às necessidades dos clientes e beneficiários. O suporte técnico especializado para projetos e práticas sustentáveis, deve ser entendido como uma estratégia de mitigação de risco (*de-risking*).

Mecanismos que combinam apoio financeiro com estratégias de fortalecimento de capacidades, acesso a mercados e apoio técnico têm maior chance de sucesso, mas correm o risco de perda de foco considerando as diversas vulnerabilidades existentes. Neste sentido, implementar esforços de capacitação, mentoria, suporte técnico especializado e facilitação de acesso a mercados, por meio de parcerias com organizações especializadas, foi referida de forma recorrente como um fator de sucesso.

Por fim, o monitoramento efetivo das operações contribui para ajustes estratégicos contínuos e para o reconhecimento de impactos reais. Indicadores que capturam resultados que sejam de fato utilizados como ferramenta de gestão - e não apenas de reporte — fortalecem o ciclo de aprendizagem dos mecanismos e consequentemente ganhos de efetividade.

Esses fatores, quando presentes de forma articulada, potencializam os resultados dos mecanismos financeiros e indicam caminhos para seu aprimoramento criando condições mais favoráveis à replicação em diferentes contextos da Pan-Amazônia.

5. Gargalos e barreiras recorrentes

Embora o mapeamento revele um ecossistema financeiro diversificado e tecnicamente sofisticado, o estudo também identificou gargalos recorrentes que limitam a efetividade dos mecanismos e dificultam sua capacidade de fomentar e alavancar a bioeconomia.

Há uma sobreposição de gargalos — alguns ligados à operação e ao funcionamento interno dos mecanismos financeiros, passíveis de correção, e outros associados a fatores estruturais e contextuais do ambiente de negócios, que escapam ao controle direto e influência dos gestores.

A fragmentação do ecossistema financeiro, marcada pela multiplicidade de mecanismos que operam com lógicas, marcos conceituais, critérios e processos distintos. Essa diversidade, embora positiva sob o ponto de vista da inovação, dificulta a navegação por parte dos beneficiários e compromete a geração de sinergias entre os mecanismos. Neste contexto, os empreendedores precisam se adaptar a múltiplos formatos de diligência, prestação de contas e reporte de resultados, o que eleva o custo operacional e reduz a efetividade do conjunto.

A análise também identificou limitações nos sistemas de governança e *accountability* dos mecanismos. Em vários casos, os processos decisórios estão concentrados em atores externos aos territórios, com baixa participação de representantes locais e pouca transparência na definição de prioridades e alocação de recursos. Isso contribui para o distanciamento entre os instrumentos e as necessidades reais dos territórios.

Além disso, há desafios relacionados à previsibilidade e continuidade do financiamento. Muitos mecanismos operam com ciclos curtos de financiamento, e estão sujeitos a instabilidades políticas, de mercado

ou à volatilidade de fontes externas. A ausência de uma estratégia de sustentabilidade financeira de longo prazo limita a capacidade de operações de investimento paciente e incremental, aumentam os custos de transação tanto para os operadores quanto para os clientes ou beneficiários e compromete a geração de resultados e impactos robustos.

A incompatibilidade entre os prazos das operações dos mecanismos financeiros e as expectativas de resultados ou retorno, somada à baixa previsibilidade — frequentemente sujeita a fatores externos ao controle de clientes e beneficiários — cria um ambiente de negócios em que todos os atores se encontram, em alguma medida, tencionados.

Uma parcela significativa, 52 mecanismos (36,9%), apresenta um nível de complexidade de acesso considerado Alto. Esses mecanismos frequentemente envolvem processos de due diligence extensos, exigências rigorosas de garantia, alinhamento com múltiplos padrões (como ESG e certificações), ou dependem de negociações em nível governamental e coordenação entre diversos stakeholders. Exemplos incluem fundos de blended finance e títulos temáticos, que, embora inovadores, podem ser difíceis de navegar especialmente para pequenos produtores ou comunidades.

A complexidade para acessar e contratar mecanismos financeiros na bioeconomia é um reflexo da intersecção entre a sofisticação dos instrumentos financeiros, as demandas de coordenação multissetorial, as particularidades geográficas da Amazônia e a maturidade do ecossistema de mecanismos financeiros voltados para a bioeconomia. Ou mais a fundo, até que ponto o ecossistema financeiro busca realmente adotar novas lógicas compatíveis com a sociobioeconomia, em vez de apenas adaptar modelos tradicionais de sucesso e escala às particularidades da Amazônia?

Um dos gargalos mais frequentes diz respeito à dificuldade de acesso ao financiamento enfrentada por comunidades, organizações locais e pequenos empreendedores. Essa dificuldade decorre de requisitos excessivamente complexos, linguagem técnica pouco acessível, exigências documentais desproporcionais, necessidade de deslocamentos presenciais e, em muitos casos, da ausência de canais de comunicação adaptados à realidade territorial. Isso tende a favorecer organizações com maior capacidade institucional e a excluir os mesmos segmentos que historicamente enfrentam barreiras estruturais, ampliando a percepção de falta de recursos disponíveis para a bioeconomia por esses atores.

A predominância de mecanismos de complexidade Média e Alta sugere que, embora haja um esforço para disponibilizar financiamento para a bioeconomia, ainda existem barreiras significativas para o acesso, especialmente para atores de menor porte ou com menor capacidade institucional. A alta complexidade pode limitar a efetividade e a inclusão dos mecanismos, especialmente em regiões como a Amazônia, onde as comunidades muitas vezes carecem de infraestrutura e conhecimento para navegar processos financeiros complexos.

Embora os mecanismos se proponham a atender desde *startups* e pequenas e médias empresas (PME) da bioeconomia até cooperativas, agricultores familiares, *fintechs*, negócios de impacto, comunidades indígenas e tradicionais, a análise dos requisitos de acesso revelou que requerem alto grau de formalização, o que limita o acesso de iniciativas comunitárias mais informais ou em fase inicial.

Por fim, a baixa articulação com políticas públicas e marcos regulatórios nacionais e subnacionais compromete a escalabilidade e institucionalização das soluções mapeadas. Em alguns contextos, os mecanismos funcionam como “ilhas de inovação” desconectadas de políticas estruturantes, o que dificulta a ampliação de seus efeitos

positivos e a consolidação dos modelos mais exitosos.

A urgência climática e por soluções que mantenham a floresta em pé não pode se traduzir em referenciais e horizontes de tempo incompatíveis com o tempo da bioeconomia. Existe a necessidade de um horizonte de tempo compatível com a geração de resultados consistentes (e não iniciais). Tempo para que os mecanismos aprendam, ajustem e refinem suas estratégias antes de serem carimbados como bem-sucedidos ou não.

Enfrentar esses gargalos requer não apenas aprimorar os instrumentos existentes, mas também promover uma visão estratégica integrada que fortaleça a articulação entre mecanismos, territórios e políticas públicas.

6. Análise dos KPIs (indicadores de desempenho)

A análise dos indicadores chave de desempenho — ou KPIs (*Key Performance Indicators*) — divulgados pelos mecanismos financeiros mapeados demonstra padrões relevantes sobre como esses instrumentos definem, medem e reportam seus resultados nas dimensões operacionais, ambientais, sociais e econômicas. Embora a maior parte dos mecanismos adotem indicadores, a profundidade, qualidade e alinhamento desses KPIs com os objetivos da bioeconomia variam substancialmente.

Prevalece o uso de indicadores operacionais como volume de recursos desembolsados, e de esforços (*outputs*) como número de beneficiários atendidos, e *proxies* como quantidade de hectares conservados. Em contrapartida, indicadores relacionados à resultados e impactos – como aumento dos faturamentos e margens dos negócios apoiados e geração de renda, ganhos em termos de sociais e ambientais – são menos

frequentes ou utilizados de maneira complementar.

Além disso, observou-se uma tendência à replicação de indicadores genéricos exigidos por investidores, especialmente multilaterais e filantrópicos, com baixa contextualização às especificidades territoriais da Pan-Amazônia. As métricas adotadas em alguns casos não dialogam com os modos de vida locais, ignorando dimensões sociais, culturais ou simbólicas relevantes. Essa desconexão limita a capacidade dos KPIs de capturar os impactos e transforma os sistemas de monitoramento em obrigações burocráticas.

Há também uma dificuldade inerente à pluralidade das cadeias de valor envolvidas na bioeconomia e na sensibilidade dos indicadores para capturar resultados. Mecanismos voltados a empreendimentos comunitários ou tradicionais muitas vezes aplicam os mesmos KPIs usados em negócios no geral, desconsiderando diferenças estruturais e operacionais.

Constata-se uma complexidade crescente sem que isso necessariamente se traduza em melhores resultados nas múltiplas dimensões. Mesmo nos mecanismos com sistemas de avaliação mais robustos, os dados gerados nem sempre são usados para retroalimentar estratégias, ajustar abordagens ou orientar decisões futuras. Sendo o foco a prestação de contas aos investidores, com menor ênfase no aprendizado interno e no fortalecimento institucional.

Parece fazer mais sentido ao invés de criar e promover a adoção de novos ou mais padrões de indicadores estruturar uma base de indicadores com uma curadoria técnica que possa ser consumido pelos gestores dos mecanismos financeiros conforme suas especificidades e momento e maturidade dos mecanismos.

Deste modo, é possível diminuir o esforço e investimento dos mecanismos financeiros em desenvolver suas métricas específicas,

permitindo que foquem seus recursos e esforços em suas operações financeiras.

Monitorar menos KPIs, mas de forma assertiva pode ser mais interessante e custo-efetivo do que a obrigatoriedade de adotar padrões com múltiplas métricas que podem não fazer sentido para o mecanismo financeiros, suas operações o território, suas clientes/beneficiários ou cadeias de valor em que atua.

7. Reflexões críticas sobre os limites e dilemas dos mecanismos financeiros

Apesar do avanço no número e sofisticação dos mecanismos financeiros voltados à bioeconomia na Pan-Amazônia, o estudo evidencia dilemas que ajudam a explicar por que o impacto desses instrumentos ainda não se materializou de forma mais ampla no território.

Primeiro, a qualidade da governança se destaca como um fator determinante de sucesso, não apenas no sentido de controle, mas como elemento de legitimidade e alinhamento com os territórios. Mecanismos têm muitas vezes que navegar em um equilíbrio frágil entre as demandas, exigências e expectativas dos investidores e dos clientes e beneficiários, com clara assimetria de poder entre esses dois pólos.

Em segundo lugar, persiste o desafio da quantidade e múltiplos padrões de salvaguardas socioambientais, que apesar de bem-intencionadas e necessárias se traduzem em múltiplos controles, burocracias e em última análise barreiras e custos. Controles excessivamente rígidos podem inviabilizar o acesso de empreendimentos legítimos, enquanto exigências flexíveis demais podem comprometer a integridade ambiental. Encontrar o equilíbrio certo continua sendo uma tarefa delicada.

Outro ponto crítico é o risco de substituição de investimentos: nem todos os mecanismos mapeados estão necessariamente mobilizando capital novo ou adicional. Em alguns casos, há apenas um *rebranding* de recursos já existentes, o que levanta dúvidas sobre a real adicionalidade financeira e socioambiental dessas iniciativas. Recursos que antes eram destinados a filantropia passam a integrar mecanismos financeiros mais complexos e ainda que contribuam para viabilizar operações nesses mecanismos, cobrindo custos *early stage* ou *first loss*, restringem o acesso a clientes ou beneficiários menos estruturados que conseguiam acessar o recurso filantrópico, mas não os recursos integrados em mecanismos *blended*.

A complexidade técnica e institucional dos arranjos financeiros também representa uma barreira importante. Muitos instrumentos exigem estruturação societária, garantias, valoração financeira e capacidade de gestão que estão distantes da realidade dos empreendimentos amazônicos, frequentemente informais, multiautorais e conectados a dinâmicas locais complexas.

Além disso, há um dilema entre escala e mensuração de impacto. A pressão por métricas padronizadas e comparáveis pode desincentivar modelos territoriais de menor escala, mas com grande relevância socioambiental. Isso contribui para a dificuldade de atrair capital a iniciativas que, embora eficazes, não se encaixam nos moldes tradicionais de investimento. É necessário considerar que o monitoramento de métricas padronizadas acaba sendo um critério de adesão para os clientes de beneficiários que implica em custos operacionais e em muitos casos não está claro quem arca de fato com esses custos.

Por fim, o estudo reforça que barreiras estruturais como insegurança fundiária, burocracia excessiva e informalidade não serão resolvidas por mecanismos financeiros. Essas questões exigem reformas mais amplas

e articulação entre políticas públicas, para criar um ambiente de negócios favorável.

Essas reflexões apontam para a necessidade de não apenas multiplicar mecanismos, mas garantir que tenham condições de atuar em um ambiente de negócios minimamente favorável e que gerenciem recursos com condições compatíveis à realidade da Pan-Amazônia, viabilizando que as operações se deem em bases que incorporem o conhecimento local, respeitem os tempos territoriais e contribuam para um desenvolvimento em outras bases e conceitos do que em entendido como sucesso.

8. Recomendações estratégicas para diferentes atores

Com base nas evidências levantadas ao longo do mapeamento e da análise dos mecanismos financeiros, o estudo apresenta um conjunto de recomendações práticas voltadas a diferentes atores-chave do ecossistema da bioeconomia pan-amazônica. O objetivo é orientar o aprimoramento de instrumentos existentes, inspirar o desenho de novos mecanismos e fomentar sinergias institucionais para ampliação do impacto coletivo.

Aos operadores e gestores de mecanismos financeiros, recomenda-se:

1. Adotar novas lógicas compatíveis com a sociobioeconomia, em vez de apenas adaptar modelos tradicionais de sucesso e escala às particularidades da Pan-Amazônia;
2. Aprimorar os sistemas de governança, voltados para a transparência e participação local;
3. Combinar diferentes serviços financeiros e estruturas de apoio (soluções compartilhadas; *back office*) de forma integrada que permitam

os clientes ou beneficiários focarem em suas atividades principais;

4. Simplificar processos de acesso e prestação de contas;
5. Adotar uma abordagem incremental com *tickets* crescentes e requerimentos compatíveis;
6. Utilizar os dados gerados como ferramentas de gestão e não apenas de reporte; e
7. Ampliar e ressignificar a definição de Retorno sobre o Investimento (ROI) para incluir benefícios não financeiros (desmatamento evitado, conservação, valorização cultural).

Aos **financiadores privados e filantrópicos**, orienta-se:

1. Apoiar mecanismos híbridos com foco em cadeias específicas (especializados) e desenhados a partir da compreensão das realidades locais;
2. Investir em arranjos de longo prazo com foco na sustentabilidade financeira e perenidade dos impactos positivos, prevendo tempo e recursos significativos para a construção de confiança e engajamento comunitário pré-investimento;
3. Redesenhar as exigências formais e documentais a partir das realidades locais, substituindo a mera flexibilização por uma reconfiguração dos critérios de acesso, de modo que reflitam os contextos socioculturais e produtivos da Amazônia e promovam, de fato, a inclusão e valorização da sociobiodiversidade; e
4. Adotar KPIs mais sensíveis aos contextos em que atuam.

Às **organizações locais, redes territoriais e sociedade civil**, sugere-se:

1. Promover maior coerência nos critérios de elegibilidade, definindo princípios mínimos comuns entre mecanismos — sem impor padronizações rígidas —, de forma a respeitar a diversidade territorial e cultural da sociobioeconomia, mas facilitar o entendimento e o acesso por parte dos beneficiários;
2. Apoiar a criação de uma taxonomia regional de mecanismos financeiros, alinhada a padrões existentes e aos princípios e propósitos da sociobioeconomia;
3. Ampliar a articulação em redes de colaboração;
4. Desenhar e propor um grupo mínimo KPIs padronizados que possam se integrar sistemas de impacto de cada contexto;
5. Criar *hubs* integrados de apoio técnico e financeiro que conectem e articulem diferentes mecanismos entre si, promovendo sinergias operacionais, compartilhamento de conhecimento e acesso facilitado para empreendedores e comunidades locais;
6. Aprimorar estratégias de comunicação para facilitar o acesso à informação e a navegação pelo ecossistema de empreendedores comunitários;
7. Desenvolver estruturas compartilhadas que reduzam os custos indiretos e os custos de transação;
8. Buscar construir soluções de gestão coletiva de riscos operacionais (p.e. fundo garantidor de operações);
9. Coordenar de maneira mais efetiva a interlocução com governos para criar um ambiente de negócios favorável; e
10. Sincronizar a interlocução com financiadores para evitar o cascadeamento de exigências e padrões de salvaguardas e KPIs

sem uma abordagem incremental e uma análise de aderência ao contexto em que os mecanismos atuam.

Por fim, aos **formuladores de políticas públicas nacionais e subnacionais**, recomenda-se:

1. Alinhar os marcos regulatórios da bioeconomia a estratégias de financiamento de longo prazo, incluindo uma taxonomia regional alinhada a padrões existentes e aos princípios e propósitos da sociobioeconomia;
2. Fortalecer políticas de fomento que valorizem instrumentos híbridos;
3. Reconhecer e apoiar mecanismos baseados em ativos ambientais e serviços ecossistêmicos;
4. Incorporar critérios de adaptabilidade e territorialidade nos editais e programas públicos;
5. Reconhecer a diversidade pan-amazônica e reconstruir as abordagens a partir de novas lógicas que incorporem a sociodiversidade, colocando os territórios, seus saberes e modos de vida como ponto de partida — e não como variável de adaptação — para o desenho de políticas e mecanismos financeiros; e
6. Investir em infraestrutura habilitadora (energia, conectividade, transporte) para reduzir custos sistêmicos.

Essas recomendações não devem ser entendidas como prescritivas, mas como subsídios para um processo contínuo de construção de capacidades e aprimoramento institucional. O sucesso da bioeconomia pan-amazônica depende da convergência estratégica entre atores e da criação de um ambiente de confiança, transparência e corresponsabilidade.

9. Considerações finais e próximos passos

Os achados do estudo evidenciam que o fortalecimento do financiamento para a bioeconomia pan-amazônica não é apenas uma agenda regional, mas uma peça-chave para o cumprimento de compromissos globais assumidos pelos países amazônicos em acordos internacionais como o Acordo de Paris, o Marco Global da Biodiversidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Apesar da alta porcentagem de mecanismos com alta adicionalidade indicar um esforço genuíno de inovação e de criação de soluções financeiras sob medida para os desafios amazônicos, o estudo revela que essa inovação, em sua maioria, ainda ocorre dentro dos limites de uma arquitetura financeira tradicional, nem sempre adequada às realidades territoriais e socioculturais da região. Assim, mesmo diante de um ecossistema diversificado e tecnicamente sofisticado, persistem gargalos estruturais e operacionais — como a complexidade de acesso, a falta de alinhamento com os tempos e modos de vida locais e a fragilidade das conexões entre mecanismos e territórios — que comprometem a efetividade e a capacidade de transformação desses instrumentos. Em outras palavras, a busca por inovação muitas vezes não se traduz em mudança de paradigma, permanecendo prisioneira de lógicas externas à sociobioeconomia que se pretende fortalecer.

A análise da adicionalidade e diferenciação percebida nos mecanismos financeiros da bioeconomia amazônica revela um forte impulso para a inovação. A capacidade de combinar capital de risco com impacto socioambiental, o uso estratégico de tecnologias para aprimorar a transparência e a eficácia, e a foco na autonomia e no empoderamento das comunidades locais são os principais pilares que distinguem os mecanismos de alta adicionalidade,

sinalizando uma evolução significativa nas abordagens de financiamento para o desenvolvimento sustentável na região.

Mecanismos financeiros que apoiam cadeias de valor sustentáveis, valorizam o conhecimento tradicional, promovem o uso sustentável da biodiversidade e fomentam modelos econômicos inclusivos contribuem diretamente para metas de mitigação e adaptação climática, conservação da biodiversidade, combate à pobreza, equidade de gênero e redução de desigualdades.

No entanto, essa transformação não será alcançada apenas com mais recursos, mas com melhores arranjos, mais coerência institucional e maior capacidade de adaptação aos territórios.

O mapeamento mostra que já existe uma base relevante de mecanismos em operação. Muitos combinam diferentes instrumentos, contam com suporte técnico, buscam impactos positivos e atuam com parceiros locais. São experiências promissoras que demonstram o potencial da inovação financeira como aliada da sociobiodiversidade.

Ao reconhecer a floresta em pé como infraestrutura econômica e social, e os povos da floresta como protagonistas da transição para economias regenerativas, a bioeconomia amazônica se posiciona como ponte concreta entre conservação e desenvolvimento.

Repensar o papel das finanças na Amazônia. O futuro da bioeconomia não depende apenas de inovações técnicas, mas de coragem institucional, escuta ativa e capacidade de articulação entre mundos que historicamente caminharam separados.

A organização estratégica do ecossistema financeiro na região, orientado por justiça territorial, corresponsabilidade e diversidade de instrumentos, é uma alavanca essencial para um futuro mais justo e sustentável — na Amazônia e no planeta.

Mais do que um mapeamento é um convite à construção colaborativa de um ecossistema financeiro robusto, inclusivo e adaptado à realidade amazônica — capaz de valorizar a floresta em pé, o conhecimento tradicional e os empreendimentos sustentáveis que emergem do território.

Estamos empenhados em fornecer informações precisas e atualizadas. Se você encontrar quaisquer erros ou tiver sugestões para melhorias nesta publicação, por favor, entre em contato conosco através do email info@amzbio.org

Este estudo usou ferramentas de IA para apoiar a coleta, sistematização e análise dos dados.



Copyright 2025 Amzbioecon Network. Este conteúdo é licenciado sob o Creative Commons Attribution 4.0 International License. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

